NOTA DE REPÚDIO ÀS MEDIDAS POLÍTICAS ADOTADAS PELO GOVERNO INTERINO DE MICHEL TEMER

Os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso manifestam seu repúdio em relação às medidas políticas adotadas pelo Governo Interino de Michel Temer, instalado em 12 de maio de 2016 de forma antidemocrática. Manifestamo-nos contra a supressão de direitos e contra a atual política de exclusão social materializada pela Medida Provisória 726/2016 que extinguiu o Ministério das Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, deslocados para o Ministério da Justiça, colocando em risco políticas públicas coordenadas, monitoradas e executadas por estas Secretarias e resultantes de uma luta histórica dos movimentos sociais negros e indígenas, de mulheres, da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, da população LGBT, das(os) idosas(os), da população em situação de rua, das comunidades quilombolas, dos povos de religião de matriz africana e dos povos indígenas. Preocupa-nos as incertezas nos rumos das políticas culturais no Brasil, especialmente em relação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão que vem trabalhando para a democratização das políticas patrimoniais e tornando público o reconhecimento de expressões e saberes afro-brasileiros, indígenas e das culturas populares. Os direitos constitucionais dos povos indígenas do Brasil e das comunidades quilombolas estão sob sério risco de retrocesso e sob pressão da bancada ruralista de deputados e senadores com interesses na exploração econômica das terras tradicionais dos povos originários e das terras de quilombo. A retirada da competência do INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, transferida para o Ministério da Cultura, e a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério da Comunicação configuram-se como atos ilegítimos contra as instituições político-jurídicas. Ademais, a Medida Provisória 726/2016 colocou também em risco as políticas de assistência social, renda e cidadania, segurança alimentar e nutricional, de agricultura familiar e de reforma agrária ao propor a fusão dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário.
Diante desses atos ilegítimos, expressamos nossa preocupação em relação à atual conjuntura política brasileira e convidamos toda a comunidade acadêmica para uma série de atividades e ciclo de debates em torno da reflexão sobre o grave momento histórico que enfrentamos. Em breve divulgaremos nossas atividades de mobilização.

Tendo em vista o papel reflexivo, mas também propositivo da Universidade, mobilizamo-nos em prol da democracia.

Cuiabá, 22 de junho de 2016.

Aloir Pacini – PPGAS e DAN/UFMT

Carmen Lúcia da Silva – PPGAS e DAN/UFMT

Clark Mangabeira Macedo – PPGAS e DAN/UFMT

Heloisa Afonso Ariano – DAN/UFMT

Marcos Aurélio da Silva – PPGAS/UFMT

Moisés Alessandro de Souza Lopes – PPGAS e DAN/UFMT

Patricia Silva Osorio – PPGAS e DAN/UFMT

Paulo Sérgio Delgado – PPGAS e DAN/UFMT

Sônia Regina Lourenço – PPGAS e DAN/UFMT